

Vivemos momentos decisivos na discussão do novo Plano Nacional de Educação (PNE) para o decênio em curso – atualmente em tramitação final no Congresso Nacional. A proposta do PNE tem suscitado inúmeros debates envolvendo muitos segmentos sociais e educacionais. A questão da concretização ou não de um Sistema Nacional de Educação está associada a essa discussão; os dilemas conceituais, políticos e financeiros emergentes nesses debates são levantados em artigo deste número, onde são analisados desafios a se enfrentar neste momento histórico brasileiro, entre eles, o financiamento da educação e as relações público-privado em educação.

A sustentação de uma política de educação de qualidade para todos os segmentos sociais demanda uma perspectiva integradora, de cooperação e de articulações políticas e de ideais educacionais, com conceituações claras quanto às finalidades da educação básica e seus componentes, bem como da educação superior em sua diversificação. As contradições inerentes ao movimento sócio-histórico não deixarão de existir, mas clareá-las e tomar consciência delas nos permitirá conduzir processos decisórios em educação com melhor qualidade político-social.

Nessa pauta, formação de professores, inclusão socioeducacional, ações afirmativas em educação, ações e práticas pedagógicas e diversidade racial ou étnica compõem o caleidoscópio que reflete em seus meandros uma política educacional integrativa ou com rupturas.

São tópicos abordados em vários artigos deste número da *RBEP*, evidenciando as preocupações de educadores e pesquisadores com temas atinentes a novas posturas em educação escolar básica ou superior, as quais clamam por inovações imprescindíveis.

Nos últimos anos, os resultados educacionais do País mostram, em termos de inclusão quantitativa, a construção de um caminho de recuperação de perdas históricas. Porém, os esforços na direção do desenvolvimento da educação ainda devem ser muito grandes e bem direcionados, o atendimento precisa ser ampliado e a melhor qualidade das aprendizagens está ainda por ser garantida. Políticas consequentes, nacionais, regionais e locais, articuladas em cooperação, são mais do que necessárias, são imperativas. É inegável que a importância social da educação vem, finalmente, conseguindo impor-se a diferentes segmentos da sociedade brasileira, firmando-se aos poucos como questão central da Nação. Mudanças sociais e políticas contribuíram para colocar a educação em foco no País. Políticas educacionais foram renovadas e novas ações estratégicas vêm sendo realizadas, mas não atingimos ainda o nível de qualidade necessário quanto às aprendizagens – conhecimentos e cidadania.

Os estudos e ensaios aqui apresentados evidenciam avanços aqui e ali e necessidades que estão postas tanto em diferentes níveis educacionais como nas diversificadas condições sociais e regionais encontradas no País. Diferentes experiências de inclusão socioeducacional são analisadas, apontando vários caminhos possíveis, mas sem deixar de apontar os entraves existentes. Os textos chamam por uma reflexão, tanto de fundo – concepções, políticas, normas – como de ações empreendidas situacionalmente.

Pesquisas e análises podem contribuir, e muito, para a geração de políticas mais bem fundamentadas para novos rumos ou correção de rumos. A interlocução gestores-pesquisadores pode ser bastante profícua quando há espaço solidário para essa interação. A *RBEP* intenciona oferecer estudos que conduzam à possibilidade de ampliação desse diálogo.

*A Editoria Científica*